



Estado de Mato Grosso

Prefeitura de Brasnorte -MT

LEI Nº 2.341/2019 DE 11 DE JULHO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir **crédito adicional especial por excesso de Arrecadação**, destinado à **manutenção e encargos com o transporte escolar - FETHAB** e dá outras providências.

O Sr. MAURO RUI HEISLER, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pôr Lei, FAZ SABER, que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **crédito adicional especial por excesso de arrecadação**, no valor de **R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)**, destinados a atender a seguinte dotação orçamentária, não prevista no orçamento inicial de 2019, conforme discriminado abaixo:

ÓRGÃO:	05.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE:	05.005.	TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO:	12.	Educação
SUBFUNÇÃO:	361.	Ensino Fundamental
PROGRAMA:	0061.	Ensino Fundamental de 1º ao 9º Ano.
ATIVIDADE:	2.260.	Manutenção e encargos com o transporte escolar - FETHAB.
ELEMENTO DE DESPESA:		
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.		55.000,00
Fonte 100 - FETHAB (Transporte Escolar)		
Total		R\$ 55.000,00


ARTIGO 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1º será por aumento de arrecadação, considerando-se o excesso pela tendência do exercício, oriundo do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB (Transporte Escolar), não previsto no orçamento inicial de 2019.

Parágrafo único – O referido crédito tem amparo nos Artigos, 41 Inciso II e 43, § 1º, Inciso II, da Lei N.º 4.320/64.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à inclusão das despesas decorrentes da presente Lei, nos instrumentos de planejamento exigidos pela LRF (PPA, LDO, LOA).

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte - MT, aos 11 (onze) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.


Mauro Rui Heisler
Prefeito

**PUBLICADO POR
AFIXAÇÃO**

11 / 07 / 2019



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 8 N° 1675

Divulgação quinta-feira, 18 de julho de 2019

– Página 45

Publicação sexta-feira, 19 de julho de 2019

Arenópolis-MT, 16 de Julho de 2019.

MARINALVA FERNANDES BEATO
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – N° 015/2019/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico N° 015/2019. Objeto: FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EUTANÁSIA E DE USO ROTINEIRO DAS ATIVIDADES ENTOMOLÓGICAS PARA ATENDER O CENTRO DE ZOONOSES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DO GARÇAS. Data da sessão pública: 31/07/2019 às 08 horas 30 minutos (horário de Brasília). Edital disponível no site da Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT em: Portal da Transparência - Licitações e Contratos - Licitações - Pregão Eletrônico n° 015/2019. Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. WILLER ALVES SIRQUEIRA (Pregoeiro) e equipe de apoio, 17/07/2019.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO / PP 038/2019

A Prefeitura de Barra do Garças / MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, torna público o resultado da seguinte modalidade: Pregão PRESENCIAL (SRP) PP 038/2019 Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Empresas Vencedoras: SUPERMERCADO DOURADO LTDA – EPP LTDA CNPJ: 02.741.214/0001-44. Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045.

ANTÔNIO DA SILVA NETO -
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

17/07/2019

CONTRATO N° 114/2019 PREGÃO PRESENCIAL 001/2017

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CONSÓRCIO GESTOR RPPS Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA OPERACIONALIZAR O PASSIVO PREVIDENCIÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. Valor Global: R\$ 621.353,88 (seiscentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos) Validade: A vigência do presente contrato será de 60 (sessenta) meses contar de 01/07/2019 até 30/06/2024, podendo ser prorrogado em caráter excepcional por 12 (doze) meses de acordo com § 4º do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

Barra do Garças - MT, 17 de Julho de 2019

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO / PP 037/2019

A Prefeitura de Barra do Garças/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, torna público o resultado da seguinte modalidade: Pregão PRESENCIAL (SRP) PP 037/2019 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOLÓGICOS DE LAUDOS ONLINE, RESPONSABILIDADE TÉCNICA E COMODATO DE EQUIPAMENTOS COM MANUTENÇÃO. Empresas Vencedoras: RÖNTGEN & LUDWIG SERVIÇO DE RADIOLOGIA MÉDICA LTDA. CNPJ: 26.957.331/0001-08. Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045.

ANTÔNIO DA SILVA NETO -
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

17/07/2019

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO / pp 032/2019

A PREFEITURA DE BARRA DO GARÇAS / MT, POR MEIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA SEGUINTE MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) PP 032/2019 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLICOS. EMPRESAS VENCEDORAS: S. M. GIUSTI DE ARRUDA & CIA LTDA – ME – CNPJ: 08.711.005/0001-34. Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045.

ANTÔNIO DA SILVA NETO -
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

17/07/2019

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) n° 012/2019

A Prefeitura de Barra do Garças / MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, torna público o resultado da seguinte modalidade: Pregão ELETRÔNICO (SRP) PE 012/2019 Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÁQUINA MISTURADORA E DISTRIBUIDORA DE LAMA ASFALTICA E PROCESSADORA DE PRÉ-MISTURADO A FRIO (MPF) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS. Empresa Vencedora: CONISHI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA - CNPJ: 56.760.309/0001-34. Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045.

Antônio da Silva Neto -
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

17/07/2019

CONTRATO N° 124/2019 PREGÃO PRESENCIAL 037/2019

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: RÖNTGEN & LUDWIG SERVIÇO DE RADIOLOGIA MÉDICA LTDA Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOLÓGICOS DE LAUDOS ONLINE, RESPONSABILIDADE TÉCNICA E COMODATO DE EQUIPAMENTOS COM MANUTENÇÃO. Valor Global: R\$ 888.000,00 (Oitocentos e oitenta e oito mil reais) Validade: A vigência do presente contrato será até 17/07/2020 contados a partir da data de assinatura.

Barra do Garças - MT, 17 de Julho de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

LEI MUNICIPAL N° 332/2015 – DECRETO MUNICIPAL N°41 DE 20 SETEMBRO DE 2001.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Candidatos com documentação aprovada através de análise da declaração do trabalho com criança ou adolescente pelo CMDCA para avaliação psicológica eleições do conselho tutelar.

- 1 Aliete Barboza Dico.
- 2 Clemilda Maria de Moraes Silva.
- 3 Eudes Carlos da Silva.
- 4 Eva Araújo Gomes.
- 5 Lucelma Divina Nunes.
- 6 Luciana Gomes da Costa.
- 7 Leonardo Ferreira de Moraes.
- 8 Marcia Alves Gomes.
- 9 Manoel Oliveira da Cruz.
- 10 Nerci Azevedo Souto Rates.
- 11 Sheiene Mendes Fernandes.
- 12 Raimunda Amorim dos S. Silva.
- 13 Suiane Selestino da Silva.
- 14 Vilma Luz dos Santos.
- 15 Wallison Silva Barbosa.

Sendo o que temos para o momento, reitero votos de estima e

consideração.

Atenciosamente;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Candidatos com documentação impugnada pelo CMDCA para eleições do conselho tutelar.

- 1 Marlene Freitas dos santos.
- 2 Roberta Ribeiro da Silveira.

Sendo o que temos para o momento, reitero votos de estima e

consideração.

Atenciosamente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

LEGISLAÇÃO

LEI N° 2.341/2019 DE 11 DE JULHO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial por excesso de Arrecadação, destinado à manutenção e encargos com o transporte escolar - FETHAB e dá outras providências.

O Sr. MAURO RUI HEISLER, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

Diário Oficial de Contas

Tribunal de Contas de Mato Grosso



Ano 8 N° 1675

Divulgação quinta-feira, 18 de julho de 2019

– Página 46

Publicação sexta-feira, 19 de julho de 2019

de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER, que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial por excesso de arrecadação, no valor de **R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)**, destinados a atender a seguinte dotação orçamentária, não prevista no orçamento inicial de 2019, conforme discriminado abaixo:

ÓRGÃO:	05.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE:	05.005.	TRANSPORTE ESCOLAR
FUNÇÃO:	12.	Educação
SUBFUNÇÃO:	361.	Ensino Fundamental
PROGRAMA:	0061.	Ensino Fundamental de 1º ao 9º Ano.
ATIVIDADE:	2.260.	Manutenção e encargos com o transporte escolar - FETHAB.

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.		55.000,00
Fonte 100 - FETHAB (Transporte Escolar)		
Total	R\$	55.000,00

ARTIGO 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1º será por aumento de arrecadação, considerando-se o excesso pela tendência do exercício, oriundo do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB (Transporte Escolar), não previsto no orçamento inicial de 2019.

Parágrafo único – O referido crédito tem amparo nos Artigos, 41 Inciso II e 43, § 1º, Inciso II, da Lei N.º 4.320/64.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à inclusão das despesas decorrentes da presente Lei, nos instrumentos de planejamento exigidos pela LRF (PPA, LDO, LOA).

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos 11 (onze) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

Mauro Rui Heister,
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

ATO

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 40/2019 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Todas as Secretarias.

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Registros de Preço a contratação de Empresa para Prestação de Serviço Especializado em Controle de Pragas, Limpeza e Conservação, visando atender as Secretarias desta Prefeitura.

Realização: 30 de julho de 2019 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal <http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/> e na plataforma <https://www.comprasgovernamentais.org.br/>

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 17 de julho de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA
PREGOEIRO OFICIAL
Portaria n° 25/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Campo Verde-MT, 17 de julho de 2019.

Referência: Processo Administrativo – Aplicação de Penalidade e Cancelamento do Contrato n° 078/2018 – J. E. VIEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Trata-se de Processo Administrativo em face da empresa J. E. VIEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, referente ao abandono da obra e consequentemente o descumprimento da execução do cronograma físico-financeiro do Contrato n° 078/2018 e, em abono aos princípios do contraditório e ampla defesa, passo a analisar os fatos relacionados à infração contratual no que tange ao descumprimento das obrigações assumidas, conforme se verifica da documentação que instrui o presente processo.

Regularmente notificada, a empresa não se manifestou.

Consultada, a Procuradoria Jurídica do Município manifestou-se pela Rescisão Contratual Unilateral, por culpa exclusiva do contratado e a aplicação das penalidades previstas no Contrato Administrativo e em lei.

É o relato do essencial.
Passo à análise.

É sabido que as sanções administrativas somente podem ser aplicadas dentro de processo administrativo, instaurado por ato administrativo de autoridade competente, onde se garanta a ampla defesa e o contraditório (garantias constitucionais) ao contratado que supostamente incidiu em falta contratual.

O ato administrativo de instauração deve conter a identificação dos autos do processo administrativo original da licitação ou do contrato, a menção às disposições legais aplicáveis ao procedimento para apuração de responsabilidade. O contratado deve ser notificado para se defender, seguindo o processo até decisão final fundamentada, o que foi devidamente atendido no caso em tela.

A Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 87, da Lei n° 8.666/93, dispõe que pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo superior a 2 anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Ressalta que, conforme o parágrafo segundo do citado artigo, as sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

A multa é penalidade pecuniária tendo por causa descumprimento de dever legal ou contratual.

No caso sob exame, é patente que a empresa infringiu as suas obrigações contratuais insertas no contrato administrativo, conforme fazem provas os documentos que instruem o presente processo administrativo, restando demonstrado que a empresa não cumpriu com a execução do contrato, deixando de seguir o cronograma físico-financeiro da obra ora contratada, além de ter abandonado a presente construção após notificação, ensejando assim, no descumprimento do ajuste firmado por culpa da licitante.

Assim, considerando o descumprimento das obrigações assumidas por parte do Contratado, sem motivação justa e, nos termos das leis que regem o tema e de acordo ainda com o Contrato Administrativo n° 078/2018, sem perder de vista a essência dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, aplico ao Contratado as seguintes penalidades:

a) multa de 07% (sete por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato Administrativo n° 078/2018, totalizando o valor de R\$ 5.573,97 (cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos).

b) Rescisão Contratual Unilateral, por culpa do contratado, com fundamento no art. 78, I, II e XII, c/c art. 79, I, da Lei 8.666/93.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Às providências.

FABIO SCHROETER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

CONTRATO N° 078/2018

O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça dos Três Poderes, n° 03, CEP 78840-000, Campo Verde, MT, inscrito no CNPJ n° 24.950.495/0002-69, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, **Fábio Schroeter**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Campo Verde – MT, portador da Carteira de Identidade n° 3296068-5 SSP/PR, CPF n° 346.080.601-04, com fundamento no artigo 37, § 4º da Constituição Federal e, também, nos artigos 1º, inciso IV, e 5º, incisos III, ambos da Lei n° 7.347/85 c/c os ditames estatuídos na Lei n. 8.429/1992, há por bem **rescindir** o Contrato Administrativo n° 078/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA PLATAFORMA DE CARGA E DESCARGA DO ATERRO SANITÁRIO, firmado com a empresa J. E. VIEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP,